

PORTARIA CONJUNTA SAD/SAS Nº 105 DO DIA 11 DE ABRIL DE 2025.

A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO em exercício e o **SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMBATE A FOME E POLÍTICA SOBRE DROGAS** tendo em vista a autorização contida no Decreto nº 58.295, de 20 de março de 2025, publicado no D.O.E de 21 de março de 2025, bem como na Deliberação *Ad Referendum* nº 025, de 25 de fevereiro de 2025, da Câmara de Política de Pessoal, RESOLVEM:

I. Abrir Seleção Simplificada para contratação temporária de 69 (sessenta e nove) profissionais para prestação de serviço no âmbito da Secretaria de Assistência Social, Combate a Fome e Política Sobre Drogas, para atuação no serviço de acolhimento institucional desta Secretaria, conforme Edital constante no Anexo Único, tendo em vista a necessidade excepcional de interesse público, observados os termos da Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011.

II. Determinar que a Seleção Pública Simplificada de que trata o item anterior terá prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, renováveis por igual período, observados os prazos da Lei 14.547, de 21 de dezembro de 2011, a contar da homologação do resultado, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

III. Instituir a Comissão Coordenadora do certame, responsável pela elaboração das normas e pelo acompanhamento da execução do processo seletivo, ficando, desde já, designados os seguintes membros, sob a presidência do primeiro:

NOOME	CARGO	ÓRGÃO	MATRÍCULA
Anderson Florencio da Silva	Gerente Geral de Projetos Especiais em Recrutamento e Seleção	SAD	1629123/02
Rhuan Felipe Vitorino Pereira da Silva	Gerente Técnico de Processos e Operações	SAD	18122680/01
Danielle Gouveia Silva	Superintendente de Projetos Especiais em Recrutamento e Seleção	SAD	18122655/01
Viviane Wanderley Cavalcanti Santos	Superintendente de Proteção Social	SAS	01/389.607-2
Juliana Lins Fialho	Gerente de Proteção Social Especial de Alta complexidade	SAS	413096893/01

IV. Estabelecer que é da responsabilidade da Comissão Executiva, a ser a ser designada em Portaria Conjunta SAD/SAS, a criação de todos os instrumentos necessários para inscrição, avaliação curricular, recebimento dos recursos, elaboração e divulgação dos resultados, além de todos os comunicados que se fizerem necessários.

V. Estabelecer que a contratação temporária mencionada nesta Portaria Conjunta terá duração de até 12 (doze) meses renováveis, observados os prazos da Lei 14.547, de 21 de dezembro de 2011.

VI. Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação.

NAYLLE KARENNE SIQUEIRA DE QUEIROZ

Secretária de Administração em exercício

CARLOS EDUARDO BRAGA FARIAS

Secretário de Assistência Social, Combate a Fome e Política Sobre Drogas

ANEXO ÚNICO – EDITAL

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1. O processo Seletivo Simplificado de que trata esta Portaria visa à contratação de 69 (sessenta e nove) profissionais de Nível Superior para atuação na Secretaria de Assistência Social, Combate a Fome e Política Sobre Drogas para as funções constantes no Anexo I deste Edital.

1.2. As regras do certame são disciplinadas por este Edital e respectivos Anexos, que dele são partes integrantes, para todos os efeitos, e devem ser fielmente observados.

1.3. O processo seletivo será realizado em **única etapa** eliminatória e classificatória, denominada de Avaliação Curricular, conforme descrito no item 6.1 deste Edital.

1.4. Para a divulgação dos atos advindos da execução deste processo seletivo será utilizado o endereço eletrônico <https://bit.ly/selecoessimplificadas>, devendo o resultado final ser homologado através de Portaria Conjunta SAD/SAS a ser publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

1.4.1. Sem prejuízo do disposto no item anterior poderão ser usados jornais de ampla circulação, como forma suplementar de divulgação do processo seletivo, devendo a homologação do resultado final do certame ser publicado através de Portaria Conjunta SAD/SAS no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

2. DAS VAGAS

2.1. As vagas destinadas à Seleção Pública serão exercidas nas Casas de Acolhimento da SAS, na unidade de Garanhuns e nas unidades da Região Metropolitana do Recife, conforme distribuição de vagas dispostas no Anexo I, devendo ser preenchidas respeitadas a ordem de classificação constante da homologação do resultado final da Seleção.

2.2. Antes de realizar a inscrição, o interessado deverá certificar-se das atribuições, requisitos específicos da função e jornada de trabalho, conforme previsto no Anexo II deste Edital.

2.3. Para ocupar possíveis vagas que surjam durante o período de validade da Seleção, por desistências, rescisões ou criação de novas vagas, poderão ser convocados candidatos aprovados não inicialmente classificados, respeitando-se o quantitativo de vagas reservadas para pessoas com deficiência e observando-se sempre a ordem decrescente de notas.

3. DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

3.1. Do total de vagas por função ofertadas neste Edital, 5% (cinco por cento) serão reservadas para pessoas com deficiência, em conformidade com o que assegura o artigo 97, inciso VI, alínea "a", da Constituição do Estado de Pernambuco.

3.1.1. A primeira vaga reservada às pessoas com deficiência surge **após a 1ª convocação**; a segunda vaga reservada às pessoas com deficiência surge **após a 20ª convocação**, e assim sucessivamente.

3.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem no art. 2º da Lei Estadual nº 14.789, de 1º de outubro de 2012; no § 1º e § 2º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transitório do Espectro Auditivo); Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023; Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021, observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto Federal nº 6.949/2009 e Lei nº 13.146/2015.

3.3. Os candidatos que desejarem concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência deverão, no ato de inscrição, declarar essa condição e especificar o tipo de sua deficiência.

3.4. Os candidatos que se declararem pessoas com deficiência participarão do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, local e horário das avaliações, critérios de aprovação e à nota mínima exigida.

3.5. O candidato que não declarar no ato de inscrição ser pessoa com deficiência ficará impedido de concorrer às vagas reservadas, porém, disputará as vagas de classificação geral.

3.6. A classificação e aprovação do candidato não garantem a ocupação da vaga reservada às pessoas com deficiência, devendo ainda, quando convocado, submeter-se a Perícia Médica que será promovida pela Gerência Geral de Saúde e Segurança do Trabalho do Estado – GGSAST, da Secretaria de Administração.

3.7. No dia e hora marcados para a realização do exame pericial, o candidato deve apresentar o laudo médico atualizado, com validade de 12 (doze) meses contados a partir da data do agendamento para Perícia Médica, conforme Anexo V (Declaração de Deficiência) deste Edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência.

3.8. A Gerência Geral de Saúde e Segurança do Trabalho do Estado – GGSAST, da Secretaria de Administração, decidirá, motivadamente, sobre a qualificação do candidato quanto a pessoa com deficiência, observando obrigatoriamente os critérios estabelecidos pelo item 3.2 deste Edital.

3.9. O candidato que após a Perícia Médica não for considerado pessoa com deficiência terá seu nome excluído da lista de classificados para as vagas reservadas. No entanto, permanecerá na lista de classificação para as vagas de concorrência geral.

3.10. O candidato que concorrer às vagas de pessoas com deficiência que, no decorrer do desempenho de suas funções, apresentar incompatibilidade da deficiência com as atribuições da função terá seu contrato rescindido.

3.11. Da decisão da Perícia Médica caberá recurso administrativo, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do seu recebimento pelo candidato, protocolado e endereçado à Presidência da Comissão Coordenadora do certame.

3.12. As vagas reservadas às pessoas com deficiência que não forem preenchidas por falta de candidatos, por reprovação nas avaliações ou por decisão da Perícia Médica, depois de transcorridos os respectivos prazos recursais, serão preenchidas pelos demais candidatos da concorrência geral, observada a ordem de classificação.

3.13. Após a admissão, o candidato não poderá utilizar-se da deficiência que lhe garantiu a reserva de vaga no certame para justificar a concessão de licença e aposentadoria por invalidez. Ressalva-se, também, a impossibilidade de readaptação, exceto nos casos em que ocorrer eventual agravamento da deficiência.

4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As informações referentes a este processo seletivo, bem como o link para o formulário de inscrições constarão no endereço eletrônico <https://bit.ly/selecoessimplificadas> no prazo estabelecido no Anexo III.

4.2. Para participação neste processo seletivo é necessário o preenchimento de todos os campos obrigatórios do formulário eletrônico de inscrição.

4.3. O(A) candidato(a) deve obrigatoriamente possuir os requisitos de ingresso na função, conforme constantes no Anexo II deste Edital.

4.4. É vedada a inscrição condicional ou extemporânea.

4.5. Não serão aceitas inscrições via fax, via correio eletrônico (e-mail), ou por qualquer outro meio diverso do estabelecido neste Edital.

4.6. Não será aceita a inscrição que não atender às disposições deste Edital.

4.7. Nas listas dos resultados advindos deste processo seletivo, preliminar e final, constarão todos os candidatos que concluíram com êxito o processo de inscrição.

4.8. É responsabilidade do candidato assegurar-se de que sua inscrição foi realizada com sucesso, bem como acompanhar atenciosamente as listagens dos resultados e quaisquer comunicados publicados no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, ou página oficial da Secretaria de Administração, referentes à esta seleção.

5. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO:

5.1. Antes de iniciar o processo de sua inscrição, o candidato deverá certificar-se de que sua exclusiva responsabilidade a identificação correta e precisa de tais requisitos e das correspondentes atribuições.

5.2. As inscrições serão realizadas pela Internet, através do site <https://bit.ly/selecoessimplificadas>, no menu referente ao Órgão ou Entidade que está ofertando a seleção, durante o período estabelecido no Anexo III deste Edital, observado o horário oficial do Estado de Pernambuco.

5.3. O (A) candidato (a) deverá, no ato da inscrição, declarar que preenche os requisitos para o cargo pretendido, assim como, indicar os critérios de pontuação que possui, observado o Anexo IV.

5.4. A qualquer tempo será anulada a inscrição e todos os atos e fases dela decorrentes, se for constatada falsidade em qualquer declaração, bem como qualquer irregularidade nos documentos apresentados.

5.5. As informações prestadas no ato da Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, devendo a comissão instituída excluir da Seleção o candidato que fornecer dados comprovadamente inverídicos, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

5.6. Caso o candidato realize mais de uma inscrição, para fins deste Edital, será considerada apenas a última inscrição realizada.

5.7. A Comissão Executiva não se responsabiliza pelas inscrições não transmitidas ou não recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falha de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação e de transmissão de dados e/ou falta de energia elétrica.

5.8. O Formulário eletrônico de inscrições é parte integrante deste Edital e todas as informações obrigatórias nele solicitadas são necessárias à inteira participação neste processo seletivo.

5.9. Ao realizar sua inscrição, o candidato declara estar de acordo com a utilização dos seus dados para todos os fins necessários ao processo seletivo, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

5.10. No ato de inscrição, o(a) candidato(a) deverá anexar toda a documentação exigida no item 6.5 deste edital.

6. DA SELEÇÃO

6.1. A presente seleção será composta por **ETAPA ÚNICA**, de caráter classificatório e eliminatório, que consistirá em **Avaliação Curricular**.

6.2. Participarão da Avaliação Curricular todos os candidatos devidamente inscritos na seleção.

6.2.1. A pontuação e consequente classificação se dará a partir do **preenchimento correto** das informações requeridas no formulário de inscrição acompanhada da documentação comprobatória das informações prestadas.

6.2.2. Na data estabelecida no Anexo III deste Edital, será divulgado, no endereço eletrônico <https://bit.ly/selecoessimplificadas> o Resultado Preliminar de todos os candidatos inscritos na seleção, conforme item 4.7.

6.2.3. Consecutivamente, será aberto o período de recursos ao resultado preliminar e, posteriormente, publicado o resultado final da seleção, conforme Anexo III.

6.2.4. O(A) candidato(a) que não comprovar as informações preenchidas no formulário de inscrições, através da documentação enviada, será desclassificado.

6.2.5. A homologação do resultado final será publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.

6.2.6. Após a homologação do resultado final no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, será convocado o número de candidatos necessários ao preenchimento do quantitativo de vagas ofertadas neste edital.

6.2.7. A convocação dos candidatos será publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no endereço <https://bit.ly/selecoessimplificadas> e enviada através do endereço de email informado no ato de inscrição, devendo o candidato manter este endereço atualizado, conforme item 12.12 deste Edital.

6.2.8. Caso seja necessário o preenchimento das vagas remanescentes, serão convocados os próximos candidatos em lista de espera, respeitando-se a ordem de classificação.

6.2.9. Os resultados, serão publicados contendo, no mínimo: nome completo dos candidatos, número parcial do CPF, função à qual concorre, cidade e/ou lotação, nota, classificação, situação (se aprovado ou desclassificado) e indicação se candidato (a) Pessoa com Deficiência (PCD).

6.3. Todas as informações registradas na solicitação de inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, arco este com as consequências de eventuais erros no preenchimento.

6.4. A Avaliação Curricular valerá 100 (cem) pontos e obedecerá rigorosamente a Tabela de Pontuação, constante no Anexo IV deste Edital.

I - Documentação Pessoal:

- Documento oficial de identificação com foto;
- Comprovante atualizado da situação cadastral do CPF emitido através do endereço <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>;
- Comprovante de residência;

d) Certificado de reservista ou dispensa de incorporação (se candidato do sexo masculino e com faixa etária entre 18 e 45 anos, conforme Lei Nº 4.375, de 17 de agosto de 1964);
 e) Declaração de deficiência no modelo constante no Anexo V deste Edital, se candidato PCD;

II - Requisitos de Ingresso:

f) Documentação comprobatória dos requisitos para a função, conforme Anexo II deste Edital;

III - Critérios Pontuáveis:

g) Documentação comprobatória dos critérios de pontuação, declarados por ocasião da inscrição, observado o Anexo IV deste Edital.

6.5.1. Os documentos devem ser enviados em frente e verso, quando houver informações em ambos os lados.

6.5.2 A comprovação de registro profissional no órgão de classe somente será exigida no momento da contratação, conforme documentação constante no item 11.6 deste edital.

6.6. Caso os arquivos anexados não estejam de acordo com o item anterior, estejam corrompidos ou a documentação apresente algum grau de comprometimento em sua estrutura, impossibilitando sua análise, ensejará a eliminação do (a) candidato (a).

6.7. O título do arquivo "PDF" referente à documentação deverá corresponder ao nome completo do candidato.

6.8. Serão considerados documento oficial de identificação: Carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelo Corpo de Bombeiros Militar e Polícias Militares, carteiras expedidas pelos Órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo com foto). Para validação como documento de identidade, o documento deve se encontrar dentro do prazo de validade, caso haja.

6.9. Para comprovação de requisitos e critérios de pontuação só serão aceitos Certificados, Diplomas, ou Documento que ateste a colação de grau e sua respectiva data, e que seja expedido por instituição reconhecida pelo MEC.

6.9.1. A validação dos títulos de Pós-graduação se dará de acordo com os seguintes critérios:

a) Stricto Sensu:

I - Diploma de Doutorado – imagem legível do original ou da cópia autenticada em cartório do diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, ou imagem do original do certificado/declaração de conclusão de curso ou da cópia autenticada em cartório, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, acompanhado de histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da tese. Para curso de doutorado concluído no exterior, será aceita a imagem do diploma original ou da cópia autenticada em cartório do diploma, desde que revalidado por Instituição de Ensino Superior no Brasil, acompanhada da tradução para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

II - Diploma de Mestrado – imagem legível do original ou da cópia autenticada em cartório do diploma, devidamente registrado, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, ou imagem do original do certificado/declaração de conclusão de curso ou da cópia autenticada em cartório, expedido por instituição reconhecida pelo MEC, acompanhado de histórico escolar do candidato, no qual conste o número de créditos obtidos, as disciplinas em que foi aprovado e as respectivas menções, o resultado dos exames e do julgamento da dissertação. Para curso de mestrado concluído no exterior, será aceita imagem do original ou da cópia autenticada em cartório do diploma, desde que revalidado por Instituição de Ensino Superior no Brasil, acompanhada da tradução para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.

b) Lato Sensu: – imagem do original ou da cópia autenticada em cartório do Certificado/Declaração devidamente registrado, de curso de Especialização, com carga horária mínima de 360h, acompanhado do histórico escolar, expedido por instituição credenciada por órgão oficial, de acordo com a Regulamentação do Conselho Nacional de Educação.

6.10. Os comprovantes de cursos realizados fora do Brasil devem ser traduzidos e reconhecidos pela autoridade competente ou por ela oficialmente delegada.

6.11. O diploma ou certificado que seja utilizado como requisito de ingresso (Anexo II) não será considerado para fins de pontuação.

6.12. Não será considerado um mesmo diploma ou título para comprovação de mais de um critério de pontuação estabelecido no Anexo IV.

6.13. Para comprovação de experiência, serão considerados **apenas** os seguintes documentos:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, devidamente assinada pelo empregador, contendo função e período (data de início e do fim) do vínculo, devendo haver clara referência à função à qual se candidatou; ou

b) Certidões e/ou declarações que deverão ser emitidas em papel timbrado da instituição, datada e assinada pelo responsável da área de recursos humanos ou autoridade competente, constando o cargo/função para o qual concorrem, período constando a data, contendo mês e ano de início e mês e ano do término do vínculo e as atividades desenvolvidas, ou;

c) No caso de experiência profissional no exterior, mediante certidão da instituição para a qual trabalhou acompanhada de tradução para a língua portuguesa, feita por tradutor juramentado, datada e assinada, na qual conste expressamente o cargo/função desempenhado, período constando a data, contendo mês e ano de início e mês e ano do término do vínculo e as atividades desenvolvidas, ou;

d) Certidão e/ou declaração, assinada pelo dirigente máximo da entidade à qual o candidato se vincula ou vinculado formalmente, no caso de experiência como contratado ou cooperativado, datada e assinada, na qual conste expressamente o cargo/função desempenhado, período constando a data, contendo mês e ano de início e mês e ano do término do vínculo e as atividades desenvolvidas, ou;

e) Demonstrativo de pagamento desde que conste a data (mês e ano) de ingresso no cargo/função e na instituição, mês de referência e função para a qual concorre.

6.14. Somente serão considerados para efeitos de avaliação de experiência os documentos em que seja possível auferir e contabilizar o tempo de experiência em meses, conforme critérios de avaliação deste Edital.

6.15. Para complementação de informações, os documentos acima especificados poderão ser acompanhados de Certidão ou Declaração de tempo de serviço público ou privado, emitidos pela Unidade de Recursos Humanos da Instituição em que trabalhou em papel timbrado, contendo a função ou cargo, atividades exercidas, início e término do vínculo, devidamente datada e assinada pelo responsável pela sua emissão. Na hipótese de não existir a unidade de Recursos Humanos, a Certidão e/ou Declaração deverá ser emitida pela autoridade responsável pelo fornecimento do documento.

6.16. A pontuação de experiência será contabilizada a cada 12 (doze) meses completos. A pontuação fracionada não sofrerá arredondamento.

6.17. Não será admitido e computado o tempo de serviço prestado concomitantemente, para fim de pontuação de experiência profissional.

6.18. Será realizado o somatório apenas das experiências profissionais que estiverem de acordo com a função à qual o(a) candidato(a) concorrer, observada, inclusive, a clara correlação entre as atribuições da especialidade.

6.19. Não serão aceitos instrumentos contratuais para fins de comprovação de experiência.

6.20. Não serão aceitos trabalhos voluntários, estágios de qualquer natureza ou programas de bolsa aprendizagem para fins de comprovação da experiência profissional.

6.21. Os cursos complementares constantes o quadro de pontuação para as funções constante no Anexo IV, devem:

a) ter sido realizados nos últimos 05 (cinco) anos até a data de publicação do presente edital;
 b) ter sido realizados até a data de publicação do presente edital;

c) constar meios de verificação de sua autenticidade como: QR Code, código de verificação de autenticidade, dados da instituição emissora do certificado (contato, CNPJ, autoridade responsável, etc.) e/ou afins.

6.22. Qualquer informação considerada falsa ou não comprovada provocará a imediata eliminação do candidato do Processo Seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

6.23. Não será admitida a juntada de qualquer documento fora do prazo de inscrição.

6.24. Os candidatos aprovados serão convocados e contratados conforme interesse e conveniência da Administração.

7. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL:

7.1. Estarão classificados os candidatos aprovados na avaliação curricular, desde que preencham os requisitos para inscrição e os critérios estabelecidos neste Edital.

7.2. A classificação final no certame dar-se-á em ordem decrescente de notas através da pontuação obtida na Avaliação Curricular.

7.3. Será eliminado da seleção o (a) candidato (a) que:

- a) não enviar, no ato de inscrição, a documentação prevista no item 6.5 deste Edital;
- b) não comprovar possuir os requisitos para a função à qual concorre;
- c) apresentar documentos ilegíveis, com cortes e/ou rasuras ou com qualquer condição que não permita a inteira e correta visualização das informações;
- d) apresentar documentos adulterados, irregulares ou com informações comprovadamente inverídicas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- e) não atender à convocação para contratação;
- f) não atender a quaisquer requisitos deste Edital.

7.4. O candidato eliminado não receberá classificação alguma no certame;

7.5. O resultado será divulgado no endereço eletrônico <https://bit.ly/selecoessimplificadas>, na provável data prevista no Anexo III, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar comunicados, convocações e o resultado final da seleção.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE:

8.1. Será utilizado como critério de desempate, sucessivamente:

- a) Maior pontuação de títulos;
- b) Maior experiência profissional;
- c) Maior idade;

d) Ter sido jurado (Lei Federal nº 11.689, de 09 de junho de 2008, que alterou o art. 440 do CPP).

8.2. Apesar do disposto nos subitens acima transcritos, fica assegurado aos (às) candidatos (as) que tiverem idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, nos termos do art. 27, da Lei Federal nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), a idade mais avançada, como primeiro critério para desempate, sucedido dos outros previstos no subitem 8.1.

9. DOS RECURSOS:

9.1. O candidato poderá interpor recurso contra o resultado preliminar da Avaliação Curricular, dispondo do período informado no Cronograma constante no Anexo III.

9.2. Os recursos contra o resultado preliminar da Avaliação Curricular deverão ser preenchidos conforme modelo constante no Anexo VI e enviados através do endereço eletrônico disponível através do endereço <https://bit.ly/selecoessimplificadas>

9.3. Não serão aceitos recursos interpostos por qualquer outro meio diverso daquele previsto no Edital.

9.4. Quando da apresentação do recurso, o candidato deverá apresentar argumentações claras e concisas. Recursos inconsistentes ou fora das especificações estabelecidas neste Edital serão indeferidos.

9.5. Não serão apreciados os recursos interpostos fora do prazo estipulado neste Edital, bem como os apresentados contra avaliação, nota ou resultado de outro (s) candidato (s), sendo, de imediato, desconsiderados.

9.6. O recurso apresentado será analisado pela Comissão que, verificando que atende às questões preliminares dispostas no presente Edital, o analisará e, no mérito, concordando totalmente com as razões do recurso, em juízo de reconsideração, mudará a decisão anterior e, discordando no todo ou apenas em parte com as razões apresentadas, decidirá.

9.7. O resultado do julgamento dos recursos será devidamente homologado e divulgado juntamente ao resultado final, para que se produzam os efeitos administrativos e legais e estarão disponíveis aos recorrentes no endereço eletrônico <https://bit.ly/selecoessimplificadas>

9.8. Quando da interposição de recursos, não será permitida nenhuma alteração das informações prestadas no formulário de inscrição, nem o acréscimo de novas informações, valendo para todos os fins, as informações declaradas pelo (a) candidato (a), bem como, também, não será aceita a introdução de novos documentos comprobatórios ou pontuáveis.

9.9. O (A) candidato (a) é o único (a) responsável pelo acompanhamento de todas as publicações oficiais e comunicados alusivos a este processo seletivo, arcando com os prejuízos advindos do seu desconhecimento, devendo manter seu endereço de e-mail atualizado, nos termos do item 12.12.

10. DA CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

10.1. Após a homologação do resultado final, a convocação dos candidatos será publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no endereço <https://bit.ly/selecoessimplificadas> e enviada através do endereço de email informado no ato de inscrição.

10.2.1. O (A) candidato (a) que, quando convocado (a), não comparecer para a sua contratação, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, juntamente com a apresentação dos documentos para a comprovação dos requisitos para contratação citados neste Edital, será considerado desistente, sendo automaticamente excluído do processo seletivo simplificado e será imediatamente convocado outro candidato, respeitadas a classificação geral dos candidatos aprovados.

11. DA CONTRATAÇÃO:

11.1. Para contratação, o candidato deverá satisfazer às seguintes condições:

- a) ter sido aprovado no processo seletivo, respeitando a ordem de classificação;
- b) ser brasileiro ou gozar das prerrogativas previstas no art. 12, §1º, da Constituição Federal;
- c) atender aos requisitos da função à qual concorre;
- d) estar em dia com as obrigações eleitorais;
- e) ter certificado de reservista ou da dispensa de incorporação, se do sexo masculino e com faixa etária entre 18 e 45 anos, conforme Lei Nº 4.375, de 17 de agosto de 1964;
- f) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos ou emancipados civilmente;
- g) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;
- h) firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal; bem como não exercer função, emprego ou função pública nos referidos entes públicos;
- i) cumprir as determinações deste Edital;
- j) não acumular cargos, empregos ou funções públicas, a não ser nos casos constitucionalmente permitidos;
- k) não estar impedido de firmar nova Contratação Temporária no âmbito do Poder Executivo do Estado de Pernambuco, por alcance de interesses de que trata, de outros, o art. 9º da Lei nº 14.547, de 21 de dezembro de 2011, e alterações.

11.2. Os candidatos aprovados serão contratados, para exercerem suas atividades na cidade para a qual se inscreveram, conforme o quadro de vagas constante no Anexo I, respeitado o prazo de até 12 (doze) meses, renováveis, observados os prazos da Lei 14.547, de 21 de dezembro de 2011, respeitando o número de vagas, a ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária e financeira do Estado de Pernambuco.

11.3 O início das atividades do contratado dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato.

11.4. As contratações serão rescindidas, a qualquer tempo, quando: conveniente ao interesse público; verificada a inexistência ou irregularidade nas informações prestadas durante o processo seletivo; constatada falta funcional; verificada a ausência de idoneidade moral, assiduidade, disciplina, eficiência e/ou aptidão para o exercício da função; ou quando cessadas as razões que lhe deram origem.

11.5. Os exames pré-admissionais (avaliação da condição de saúde física e mental) serão realizados às expensas dos candidatos, quando convocados para a contratação. Estes exames devem constar, de forma clara e incontestável, as seguintes informações:

- a) Nome Completo e CPF do (a) candidato (a);
- b) Indicação e data de realização dos exames, físico e mental;
- c) Definição de Apto ou Inapto para desempenho da função;
- d) Assinatura e Número de Registro no CRM (Conselho Regional de Medicina) do (s) médico (s) que realizou(aram) ambas as avaliações (física e mental);
- e) Dados da Clínica Médica na qual foram realizados os exames (Razão Social e CNPJ).

11.5.1. Quaisquer outros exames que não constem as informações requeridas no item anterior serão desconsiderados e o candidato será considerado desclassificado.

11.6. Para a formalização do contrato de trabalho do profissional devidamente aprovado e classificado na seleção deverão ser apresentados os seguintes documentos, além de outros exigidos neste Edital:

- a) CPF - Cadastro de Pessoa Física (original e cópia);
- b) Cartão ou Espelho do PIS/PASEP com Data de Cadastro (caso não seja o primeiro contrato de trabalho);
- c) Cédula de Identidade (original e cópia);
- d) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;
- e) Identidade Profissional (comprovação de registro no órgão fiscalizador da profissão); quando for o caso (original e cópia);
- f) Certidão de Nascimento, se solteiro; ou Certidão de Casamento, se casado (original e cópia), ou declaração de união estável;
- g) Certificado Militar (comprovar estar em dia com as obrigações militares), se do sexo masculino e com faixa etária entre 18 e 45 anos, conforme Lei Nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (original e cópia);
- h) Título de Eleitor e a comprovação do cumprimento das obrigações eleitorais (original e cópia);
- i) Foto colorida 3x4 (três por quatro) recente;
- j) Registro Civil e CPF dos filhos, se houver (original e cópia);
- k) Comprovação do nível de escolaridade exigido para a função pleiteada (original e cópia);
- l) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais - Justiça Federal;
- m) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais - Justiça Estadual - TJPE;
- n) Certidão Negativa de Atos de Improbidade Administrativa expedida pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br);
- o) Comprovante de residência em seu nome, cônjuge ou pais;
- p) Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos (caso possua);
- q) Documentos de títulos e experiência profissional apresentados durante o processo de análise curricular (originais e cópias);
- r) Consulta da situação cadastral do esocial: <http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>.
- s) Exames pré-admissionais indicados no item 11.5 deste Edital.

11.6.1. Além dos documentos descritos no item 11.6, o candidato receberá para preenchimento, no ato de contratação, os seguintes documentos: ficha de cadastro, declaração de acúmulo de cargos (Anexo VII), declaração de nepotismo, declaração de idoneidade ou declaração de desistência caso não tenha interesse em assumir a vaga, assinar estes documentos e entregar de forma presencial no endereço constante no email de convocação para contratação.

11.6.2. Os candidatos que, por razões devidamente justificadas, não puderem comparecer presencialmente para entrega dos documentos descritos nos itens 11.6 e 11.6.1, poderão fazê-lo por meio de procuração específica.

11.7. O prazo de entrega da documentação será informado no e-mail de convocação e na publicação constante na página <https://bit.ly/selecoessimplificadas>

11.8. A não observância do prazo estipulado para entrega dos documentos, bem como a apresentação de documentação incompleta ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, impedirá a contratação do candidato, a qualquer tempo, em decorrência da presente seleção.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

12.1. A inscrição do candidato implicará na aceitação das normas para a seleção contidas neste Edital e nos comunicados que vierem a ser publicados/divulgados.

12.2. Nenhum candidato poderá alegar o desconhecimento do presente Edital, ou de qualquer alteração ou comunicado posterior regularmente divulgado, vinculado ao certame, ou utilizar-se de artifícios de forma a prejudicar o seu bom andamento.

12.3. Acarretará a eliminação do candidato na seleção, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas definidas neste Edital ou em outros comunicados relativos ao certame.

12.4. Ocorrendo a comprovação de falsidade de declaração/informação ou de inexatidão dolosa ou culposa dos dados expressos no Formulário de Inscrição, bem como falsidade e adulteração dos documentos apresentados pelo candidato, o mesmo terá sua inscrição cancelada, e a anulação de todos os atos da decorrente, independentemente da época em que tais irregularidades vierem a ser constatadas, além de sujeitar o candidato às penalidades cabíveis.

12.5. O resultado final da seleção simplificada será divulgado no site <https://bit.ly/selecoessimplificadas>, sendo de exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar comunicados, convocações e o resultado final da seleção.

12.6. O resultado final da seleção simplificada será homologado, no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, através de Portaria Conjunta SAD/SAS, na qual constarão duas relações de candidatos classificados, em ordem crescente de classificação, contendo o nome do candidato e pontuação final, respectivamente, a primeira contendo todos os classificados, e, a segunda, contendo apenas as pessoas com deficiência classificadas.

12.7. A aprovação e a classificação final, na presente Seleção, não confere aos candidatos selecionados o direito à contratação, apenas impede que a Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Política Sobre Drogas preencha as vagas fora da ordem de classificação ou com outras pessoas.

12.8. À Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Política Sobre Drogas - SAS, reserva-se o direito de formalizar as contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, bem como a deliberação da Câmara de Política de Pessoal - CPP, conforme Decreto nº 42.067/2015.

12.9. O prazo de validade da seleção se esgotará em até 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável por igual período, a contar da data da homologação de seu resultado final no Diário Oficial.

12.10. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos.

12.11. Não será fornecido ao candidato documento comprobatório de classificação na presente Seleção, valendo, para esse fim, a publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no site <https://bit.ly/selecoessimplificadas>

12.12. Após a homologação do resultado final, os candidatos aprovados deverão manter seus endereços e e-mail atualizados junto à Comissão Coordenadora, para efeito de futuras convocações, através do endereço eletrônico: comissaoocoordenadora@sad.pe.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seu endereço ou de seu e-mail.

12.13. Os casos omissos deste Edital serão analisados pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, ouvida a comissão executora no que couber.

12.14. A interpretação do presente Edital deve ser realizada de forma sistemática, mediante combinação dos itens previstos para determinada matéria consagrada, prezando pela sua integração e correta aplicação, sendo dirimidos os conflitos e dúvidas pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, ouvida a comissão executora, quando necessário.

12.15. Todos os horários previstos neste Edital correspondem ao horário oficial do Estado de Pernambuco.

12.16. A rescisão do contrato, por iniciativa do contratado, deverá ser comunicada, por escrito, à Secretaria de Administração - SAD, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, para que o serviço não tenha prejuízo à sua regular prestação. Neste caso, poderá ser convocado o próximo candidato da lista de classificados.

12.17. Se a qualquer tempo, for identificada inexatidão nas informações, falsidade nas declarações ou quaisquer irregularidades nos documentos, o candidato será eliminado do processo seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

12.18. A qualquer tempo, seja no decorso do processo seletivo ou após a sua finalização, as Comissões poderão exigir dos candidatos a apresentação de documentos complementares que julgarem necessários à perfeita condução do processo seletivo e dos atos deles resultantes.

12.19. Qualquer pessoa interessada poderá impugnar o presente edital, no todo ou em parte, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de sua publicação no Diário Oficial de Pernambuco, devendo o pedido, devidamente fundamentado, ser dirigido à Comissão de Seleções Simplificadas e encaminhado para o e-mail comissaoocoordenadora@sad.pe.gov.br.

12.20. O impugnante deverá, necessariamente, indicar o item/subitem que será objeto de impugnação e sua fundamentação legal.

12.21. O pedido de impugnação será analisado pela Comissão de Seleções Simplificadas, que enviará sua deliberação ao e-mail do impugnante.

12.22. Não caberá recurso interposto à decisão acerca da impugnação.

12.23. Salvo nas hipóteses de erro material, de indispensável adequação à legislação ou por decisão judicial, não se alterarão as regras do presente Edital após o início do prazo de inscrições preliminares no tocante aos requisitos do cargo e aos critérios de aprovação.

12.24. A documentação referente a todas as etapas da presente Seleção Pública Simplificada deverá ser mantida pela Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco, em arquivo eletrônico, por, no mínimo, 10 (dez) anos, em atendimento ao art. 54 da Lei nº 11.781, de 06 de junho de 2000.

ANEXO I QUADRO DE VAGAS

FUNÇÃO	REGIME DE TRABALHO	CIDADE	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS PCD	TOTAL DE VAGAS
ASSESSOR JURÍDICO	40 horas semanais	RMR	6	1	9
		GARANHUNS	1	1	
ASSISTENTE SOCIAL	30 horas semanais	RMR	12	1	17
		GARANHUNS	3	1	
COORDENADOR	40 horas semanais	RMR	6	1	9
		GARANHUNS	1	1	
COORDENADOR DE NUTRIÇÃO	40 horas semanais	RMR	1	0	1
		GARANHUNS	2	1	
NUTRICIONISTA	30 horas semanais	RMR	8	1	13
		GARANHUNS	3	1	
PEDAGOGO	30 horas semanais	RMR	8	1	12
		GARANHUNS	2	1	
PSICÓLOGO	30 horas semanais	RMR	3	1	4
		GARANHUNS	2	1	
TERAPEUTA OCUPACIONAL	30 horas semanais	RMR	57	12	69
		TOTAL			

*RMR - Região Metropolitana do Recife

ANEXO II

DAS FUNÇÕES, REMUNERAÇÕES, REQUISITOS DE INGRESSO E ATRIBUIÇÕES

1. ASSESSOR JURÍDICO	1.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Direito, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	1.2. Remuneração: R\$ 4.554,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais)
2. ASSISTENTE SOCIAL	2.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Serviço Social, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	2.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
3. Atribuições:	Realizar atendimento individual aos acolhidos, familiares, colaterais e/ou outras pessoas, visando estudo de caso social; realizar visitas domiciliares a famílias e colaterais; realizar acompanhamento social dos acolhidos e suas respectivas famílias, com vista à possibilidade de reintegração familiar e de necessidade de aplicação de novas medidas; participar da preparação dos acolhidos para o desligamento; participar de reuniões com famílias prestando-hes assistência e informações de sua competência; participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico do Serviço; participar da elaboração dos pareceres multidisciplinares; desenvolver outras atividades correlatas, sempre observada a competência da Procuradoria Geral do Estado; Disponibilidade para viagens.	
4. COORDENADOR	4.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Direito, Pedagogia, Psicologia ou Serviço Social, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	4.2. Remuneração: R\$ 4.554,00 (quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais)
5. NUTRICIONISTA	5.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	5.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
6. COORDENADOR DE NUTRIÇÃO	6.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	6.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
7. PEDAGOGO	7.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Pedagogia, Psicologia ou Serviço Social, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	7.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
8. PSICÓLOGO	8.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Psicologia, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	8.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
9. TERAPEUTA OCUPACIONAL	9.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Terapia Ocupacional, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	9.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
10. NUTRICIONISTA	10.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	10.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
11. COORDENADOR DE NUTRIÇÃO	11.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	11.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
12. ASSISTENTE SOCIAL	12.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Serviço Social, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	12.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
13. Atribuições:	Realizar atendimento individual aos acolhidos, familiares, colaterais e/ou outras pessoas, visando estudo de caso social; realizar visitas domiciliares a famílias e colaterais; realizar acompanhamento social dos acolhidos e suas respectivas famílias, com vista à possibilidade de reintegração familiar; articular com a rede de serviços e com o sistema de garantia de direitos; elaborar relatórios e prestar informações das ações realizadas aos setores competentes da Secretaria de Assistência Social, Combate à Fome e Políticas sobre Drogas; realizar reuniões com a equipe técnica, educador social/cuidador e equipe de apoio; desenvolver outras atividades correlatas; Disponibilidade para viagem.	
14. COORDENADOR	14.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	14.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
15. TERAPEUTA OCUPACIONAL	15.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Terapia Ocupacional, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	15.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
16. COORDENADOR DE NUTRIÇÃO	16.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	16.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
17. ASSISTENTE SOCIAL	17.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Serviço Social, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	17.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
18. NUTRICIONISTA	18.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	18.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
19. COORDENADOR	19.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	19.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
20. PEDAGOGO	20.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Pedagogia, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	20.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
21. PSICÓLOGO	21.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Psicologia, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	21.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
22. TERAPEUTA OCUPACIONAL	22.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Terapia Ocupacional, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	22.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
23. COORDENADOR DE NUTRIÇÃO	23.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	23.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
24. ASSISTENTE SOCIAL	24.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Serviço Social, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	24.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
25. NUTRICIONISTA	25.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	25.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
26. COORDENADOR	26.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	26.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
27. PEDAGOGO	27.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Pedagogia, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	27.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
28. PSICÓLOGO	28.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Psicologia, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	28.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
29. TERAPEUTA OCUPACIONAL	29.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Terapia Ocupacional, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	29.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
30. COORDENADOR DE NUTRIÇÃO	30.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	30.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
31. ASSISTENTE SOCIAL	31.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Serviço Social, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	31.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
32. NUTRICIONISTA	32.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	32.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
33. COORDENADOR	33.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	33.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
34. PEDAGOGO	34.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Pedagogia, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	34.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
35. PSICÓLOGO	35.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Psicologia, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	35.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
36. TERAPEUTA OCUPACIONAL	36.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Terapia Ocupacional, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	36.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
37. COORDENADOR DE NUTRIÇÃO	37.1. Requisitos de ingresso: a) Graduação completa em Nutrição, devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação – MEC; e b) Registro no Órgão Fiscalizador da Profissão (quando houver).	37.2. Remuneração: R\$ 3.415,50 (três mil quatrocentos e quinze reais e cinquenta centavos)
38. ASSISTENTE SOCIAL	38.1. Requisitos de ingresso: <	

